



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular
DIREITO CONSTITUCIONAL
Ano Lectivo 2014/2015

1. Unidade Orgânica

Ciências Humanas e Sociais (1º Ciclo)

2. Curso

Relações Internacionais

3. Ciclo de Estudos

1º

4. Unidade Curricular

DIREITO CONSTITUCIONAL (07419)

5. Área Científica

6. Ano curricular

2º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

2º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	
Aulas Práticas:	
Aulas Teórico-práticas:	30,00
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Dr. JOSE MANUEL DE MATOS CORREIA

12. Assistentes

13. Língua de ensino

Português

14. Objectivos Gerais

A unidade curricular de Direito Constitucional tem por objectivo geral dar a conhecer ao aluno os princípios e regras fundamentais contidos na Constituição como norma fundamental da Ordem Jurídica. Os referidos princípios e regras disciplinam (i) a relação jurídica entre o Estado e os seus cidadãos, (ii) a formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos do Estado e (iii) determinam a ordem política, económica, social e cultural desta comunidade política.

15. Objectivos Específicos

O aluno deverá familiarizar-se com o conteúdo, as fontes, as normas e os modos de interpretar a Constituição, acompanhando a realidade constitucional portuguesa e o seu percurso histórico. Será especificamente considerada a aproximação sistemática à Constituição de 1976.

16. Competências a adquirir

O aluno deverá, concluída a unidade curricular, saber interpretar e aplicar a Constituição de 1976 (i) quanto aos seus princípios estruturantes fundamentais, (ii) quanto às normas de protecção dos direitos fundamentais, (iii) quanto à formação, à composição, à competência e ao funcionamento dos órgãos do Estado, assim como às relações entre eles, quanto ao modo de produção de normas jurídicas e (iv) quanto aos mecanismos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade.



17. Metodologia de ensino

O ensino de Direito Constitucional compreende as preleções do docente sobre os temas do programa da unidade curricular (aulas teóricas), a análise de textos normativos, jurisprudenciais e outros documentos, assim como a resolução de casos práticos com intuito de estimular o manuseamento da Constituição (aulas práticas) e o esclarecimento de dúvidas e aprofundamento da matéria (tutorias).

18. Conteúdos Programáticos

Capítulo I -Introdução à Teoria da Constituição

1. O Direito Constitucional e a organização jurídica estadual
2. Direito Constitucional : conceito e conteúdo
3. Constituição e constitucionalismo
4. Classificações de Constituição
5. Fontes da Constituição
6. Interpretação da Constituição
7. Os princípios e as normas constitucionais

Capítulo II- A História Constitucional portuguesa

8. As Constituições monárquicas : 1822, 1826, 1838
9. A Constituição Republicana de 1911
10. A Constituição Corporativa de 1933

Capítulo III- A Constituição de 1976

11. A fase constituinte e as sete revisões constitucionais
12. Sistematização e os princípios fundamentais
13. Os direitos e deveres fundamentais
14. Os órgãos de soberania na Constituição da República Portuguesa; o Presidente da República: eleição e estatuto
15. A Assembleia da República: formação, composição, competência e funcionamento
16. O Governo e a Administração Pública
17. Os tribunais, em especial o Tribunal Constitucional
18. O sistema de Governo
19. A estrutura normativa e o processo legislativo
20. Regiões Autónomas e Poder Local
21. A defesa da Constituição: o sistema de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade
22. O Poder constituinte e o poder de revisão constitucional; a revisão constitucional.

19. Métodos de Avaliação

A avaliação contínua compreende dois testes de avaliação contínua, com carácter obrigatório por força de regulamento. Contudo, serão incentivados outros modos pelos quais os alunos possam manifestar os seus conhecimentos, como a apresentação oral de temas de pequena dimensão, a realização de debates e a resolução de casos práticos pelos próprios alunos. A obtenção de uma classificação no parâmetro de intervenção oral constitui pressuposto necessário para a obtenção de nota de avaliação contínua.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

20. Recursos Didáticos

- 1) Constituição da República Portuguesa;
- 2) CARDOSO, José Lucas; Colectânea de Legislação de Direito Constitucional, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 1.^a edição, 2.^a série, vol. I, Outubro de 2006, 300 p., vol. II, Fevereiro de 2007, 180 pp., e vol. III, incorporada na colecção Textos de Apoio, Série Licenciatura em Direito, sob os n.ºs 49, 50 e 51, respectivamente.
- 3) Utilização da internet para acesso às páginas web da Assembleia da República e do Tribunal Constitucional.

21. Palavras Chave

Constituição
Estado de Direito
Direitos Humanos
Separação de poderes
Inconstitucionalidade



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): J.J. Gomes Canotilho
Título: Direito Constitucional e Teoria da Constituição
Edição: 7.^a Ano: 2003
Local: Coimbra
Editora: Livraria Almedina

Autor(es): Jorge Miranda
Título: Manual de Direito Constitucional, tomos I, II, V e VI
Edição: 7.^a, 6.^a, 3.^a, 3.^a Ano: 2008
Local: Coimbra
Editora: Coimbra Editora

Autor(es): Jorge Bacelar Gouveia
Título: Manual de Direito Constitucional, 2 volumes
Edição: 5.^a Ano: 2013
Local: Coimbra
Editora: Livraria Almedina

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): Paulo Otero
Título: Direito Constitucional Português, 2 volumes
Edição: 1.^a Ano: 2010
Local: Coimbra
Editora: Livraria Almedina

Autor(es): J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira
Título: Constituição da República Portuguesa Anotada, 2 volumes
Edição: 4.^a Ano: 2007
Local: Coimbra
Editora: Coimbra Editora



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'DIREITO CONSTITUCIONAL': Ano Lectivo 2014/2015
Autor	Prof. Dr. JOSE MANUEL DE MATOS CORREIA
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	11-09-2014 16:56:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2014	